



INESC MN RELATÓRIO E CONTAS

2021

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 5 de abril de 2022

Índice

Órgãos Sociais	2
Nota Introdutória	3
Grupos de Investigação	5
Organigrama	7
Análise Económica e Financeira	8
Proposta de Aplicação de Resultados	10
Considerações Finais	10
Demonstrações Financeiras	12
Balanço.....	13
Demonstração de Resultados Por Naturezas.....	14
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	16
Relatórios de Auditoria	34

Órgãos Sociais

Mesa do Conselho Geral

Presidente da Mesa	Professor Arlindo Oliveira (INESC)
Primeiro Secretário	Professor Rogério Colaço (IST-ID)
Segundo Secretário	Dr. Abílio Ançã Henriques (INESC)

Conselho de Administração

Presidente	Professor Paulo Jorge Peixeiro de Freitas
Vogais	Doutora Virginia Chu
	Doutor José Carlos Vilela Pimentel
	Professora Susana Isabel Pinheiro Cardoso de Freitas
	Professor João Pedro Estrela Rodrigues Conde

Conselho Fiscal

Presidente	Professor João Manuel Ricardo Catarino
Vogal	Rosa Maria Martins Soares Monteiro Valente
Revisor Oficial de Contas	Grant Thornton – SROC, Lda., representada pelo Professor Victor Domingos Seabra Franco (ROC nº 432)

P. Fran
V.C.
ME
Susana

Nota Introdutória

O INESC Microsistemas e Nanotecnologias (“INESC MN”) iniciou a sua atividade no dia 1 de janeiro de 2002 a partir do Grupo de Tecnologia de Estado Sólido do INESC. É uma associação privada sem fins lucrativos, financeiramente independente, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública em dezembro de 2004. Os objetivos do INESC MN são os seguintes:

- Investigação e desenvolvimento em áreas estratégicas nomeadamente sensores magnetoresistivos e eletrónica de spin, MEMS, materiais funcionais, microfluídica e microsistemas para aplicações biológicas e biomédicas;
- Formação dos jovens engenheiros e cientistas na utilização de tecnologias de ponta utilizando micro e nanofabricação;
- Criação de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a indústria portuguesa e internacional.

Estando localizado na vizinhança direta do IST, o INESC MN tem um papel relevante e único na formação de alunos de vários cursos (Engenharia Física Tecnológica, Eng. Biológica, Eng. Biomédica) nas áreas da micro e nanofabricação, microsistemas e nanotecnologias, e tem vindo a alargar os seus contactos a outros departamentos do IST (Engenharia Electrotécnica, Engenharia Mecânica, Eng. Química, Engenharia e Ciências Nucleares).

A atividade no ano de 2021 decorreu num ambiente de recuperação de atividade em direção à normalidade (pandemia Covid 19). Sendo a nossa atividade principal de ordem laboratorial, a atividade manteve-se com turnos e respeitando o número máximo de colaboradores em cada laboratório (incluindo a sala limpa). Os contratos industriais e projetos de investigação não sofreram atrasos relevantes, embora começasse a ser evidente um atraso nos fornecedores internacionais em função de disrupções várias nas cadeias de produção e distribuição. Do lado académico, o atraso verificado em 2020 com entregas adiadas de teses de mestrado e doutoramento deixou de existir, com a atividade ligada a universidade em funcionamento normal.

O INESC MN manteve uma continuidade ao nível de projetos europeus essencialmente devido às capacidades tecnológicas instaladas e desenvolvidas e às redes de colaboradores que foram sendo criadas ao longo dos anos. Tivemos em curso, durante 2021, 7 projetos no âmbito do H2020 incluindo projetos para transferência de tecnologia com PME (Innovation Actions). A nível nacional, o INESC MN participou em 24 projetos nacionais (FCT, ANI, PT2020, outros). Manteve-se ainda durante 2021, a colaboração com a Universidade de Purdue (USA) sobre dispositivos magnéticos com aplicações em criptografia e computação quântica (o INESC MN é aqui subcontratado num projeto financiado pelo DARPA).

Um dos aspetos mais importantes da missão do Instituto consubstancia-se na criação de um elo com a indústria através da celebração de contratos, projetos e cooperação para uma transferência rápida de novas tecnologias. O INESC MN deu continuidade, durante 2021, a atividades de transferência de tecnologia e prestação de serviços com vários parceiros salientando-se a [REDACTED] (UK) e [REDACTED] (SL) (sistemas de identificação e magnetic encoders), a [REDACTED] (EUA) (sensores magnéticos), [REDACTED] (China) (sensores magnéticos), [REDACTED] (UK) (sensores de radiação), [REDACTED] (EUA) (para o qual fornecemos sensores magnetoresistivos para equipamentos de deteção de defeitos em circuitos integrados, e que instalou no INESC MN um protótipo para desenvolvimento conjunto da tecnologia),

██████████ (PT) (integração de componentes óticos). Foram iniciadas colaborações financiadas com o Institute of Physics da Academia das Ciências Chinesa (IOP, Beijing). Iniciou-se durante 2021 a colaboração com a ██████████ (Canada), ██████████ (China), e ██████████ (SE).

A nível nacional, o INESC MN participou no segundo semestre de 2021 na montagem de vários programas PRR tendo passado a segunda fase 7, nas áreas da Microeletrónica, Energia, Transição Digital, Alimentação e Agricultura Inteligente. Teve ainda participação na definição da candidatura portuguesa ao IPCEI Microeletrónica.

Durante 2021 O INESC MN tem participado no reforço da atividade inter-INESCs no âmbito do INESC Lisboa, bem como tem colaborado ativamente dentro das suas possibilidades nas atividades do INESC Brussels Hub.

Em termos de recursos humanos, no final de 2021, o INESC MN contava com 65 colaboradores, entre os quais 12 investigadores doutorados (6 docentes ou investigadores do IST e 6 doutorados contratados), 23 alunos de doutoramento, 7 engenheiros de processo, 16 alunos de mestrado, 5 colaboradores externos/visitantes e 2 funcionárias administrativas (1 a meio tempo). Em comparação com o ano de 2020, houve uma redução do número de investigadores doutorados em face da saída de um dos investigadores para a Universidade Técnica de Eindhoven, e de outros 3 por finalização de contrato. Em contrapartida, lançamos o novo grupo de Sensores, Interfaces e Circuitos Avançados (Diogo Caetano), prosseguindo a estratégia delineada para o período 2018 a 2023. De realçar o aumento dos contratados a nível de engenheiros júnior, que se justificam pela crescente necessidade de cumprir os contratos industriais e prestação de serviços na área de sensores.

O impacto do INESC MN em 2021 evidencia-se pela participação numa série de atividades, dos quais salientamos,

- Participação em conferências da especialidade, INTERMAG, Transducers, entre outras.
- Continuação do programa doutoral AIM (coordenado pelo J.P. Conde) financiado pela FCT, que está neste momento a financiar 24 alunos de doutoramento, 13 dos quais no INESC MN e 12 em que INESC MN está envolvido em coorientação.
- Participação num novo Laboratório Associado (o Instituto para a Saúde e a Bioeconomia), entretanto aprovado, juntamente com o IBB/IST-ID e o UciBio e LAQV (Universidade Nova e FFUP).
- Participação em 7 PRRs que passaram a segunda fase e que vão contribuir para um aumento de atividade a partir de meados de 2022.
- Constituição do novo grupo de Sensores, Interfaces e Circuitos Aliderado pelo Dr. Diogo Caetano.

Em termos de “output científico”, a atividade do INESC MN levou em 2021 à publicação de 28 publicações referenciadas ISI Web of Knowledge, e 3 capítulos de livros. Destas publicações, a maior parte envolve mais do que uma instituição e tem um carácter multidisciplinar. Este número de publicações aproxima-se do nosso valor médio (tipicamente entre 30 a 40 publicações por ano nos últimos anos) e reflete ainda o esforço de parte da equipa a sustentar os contratos industriais. Foram ainda submetidas uma patente, 24 comunicações em congressos internacionais, e dadas 23 palestras convidadas durante o ano. A nível académico finalizaram-se 13 teses de mestrado e duas de doutoramento.

O INESC MN manteve ainda uma atividade forte e direta de suporte académico ao Técnico, com o suporte da parte laboratorial da disciplina de Técnicas de Micro e Nanofabricação (S Freitas, V Silvério, D Leitão)

P. Freitas
V. Silvério
D. Leitão
S. Freitas

que acomodou cerca de 60 alunos de 9 cursos em turnos vários na sala limpa do INESC MN (2 no ano letivo 2020/2021, 4 horas semanais por turno, cerca de 5 turnos por semana).

Grupos de Investigação

O INESC MN tem os grupos de investigação seguintes:

MATERIAIS, DISPOSITIVOS, SISTEMAS E SIMULAÇÃO MAGNÉTICOS

- Spintrónica/Biossensores (S. Freitas, P.P. Freitas)
- Microfluídica (V. Silvério)
- Circuitos e Interfaces Avançadas para Sensores (D. Caetano) – *Novo grupo*

SEMICONDUCTORES: MATERIAIS, DISPOSITIVOS, SISTEMAS E SIMULAÇÕES

- MEMS e BioMEMS (J.P. Conde, V. Chu)
- Simulações de propriedades de materiais (J.L. Martins, C. Reis)
- Semicondutores de largo hiato (K. Lorenz)

Perfil de Recursos Humanos

Em dezembro 2021 o INESC MN contava com 60 colaboradores e 5 colaboradores/visitantes:

Perfil de Recursos Humanos	Total	F	M
Investigadores / Docentes do IST	6	2	4
Doutorados contratados	6	3	3
Estudantes de doutoramento	23	12	11
Estudantes de Mestrado	16	5	11
Mestres contratados	3	1	2
Engenheiros de processo	4	2	2
Apoio administrativo	2	2	0
TOTAL PESSOAL INESC MN	60	27	33
Colaboradores/visitantes	5	1	4

Tabela 1 – INESC MN Pessoal (31 de dezembro de 2021)

Dos 15 contratados, 6 são investigadores doutorados, 3 são investigadores/engenheiros com mestrados, 4 são engenheiros de processo e 2 são assistentes administrativos (1 a meio tempo).

P. Freitas
V. C.
Jre
Susana

O INESC MN tem um equilíbrio notável em termos de género. Excluindo colaboradores/visitantes, a equipa do INESC MN é 45% feminina.

A tabela 2 mostra a evolução de investigadores doutorados e alunos de doutoramento financiados pela FCT e por outras fontes de financiamento. O número de investigadores e colaboradores veio a aumentar desde 2015 até 2020. Em 2021, 6 doutorados deixaram o INESC MN devido à conclusão dos projectos em que foram integrados, a uma oferta de emprego para um lugar de professor permanente nos Países Baixos e por razões pessoais. 1 novo doutorado (Diogo Caetano) integrou o INESC MN, financiado pela Unidade de Investigação (FCT-Programático).

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Docentes/Invest. IST	5	5	5	5	5	6
PhD – contratados	1	4	4	4	4	1
PhD- Inv FCT /DL57	1	1	2	2	2	1
PhD contratado - projetos FCT	1	2	2	3	3	2
PhD contratados – projetos EU e serviços	0	1	1	3	3	2
BPD – FCT	2	1	1	0	0	0
BD - FCT	16	20	19	26	25	22
BD – non-FCT (Marie Curie, etc.)	2	0	1	0	1	1
TOTAL	28	34	35	43	43	35

Tabela 2 – Evolução de investigadores (docentes, contratados e bolseiros) do INESC MN 2016-2021

P. Faria
V.C.
me
Susana

Organigrama

O organigrama apresentado na Figura 1 mostra a estrutura do INESC MN no final de 2021. Salienta-se, em particular, a criação de uma unidade de serviços e de transferência de tecnologia que incorpora duas novas subunidades - Incubação de Empresas e Desenvolvimento de Negócios.

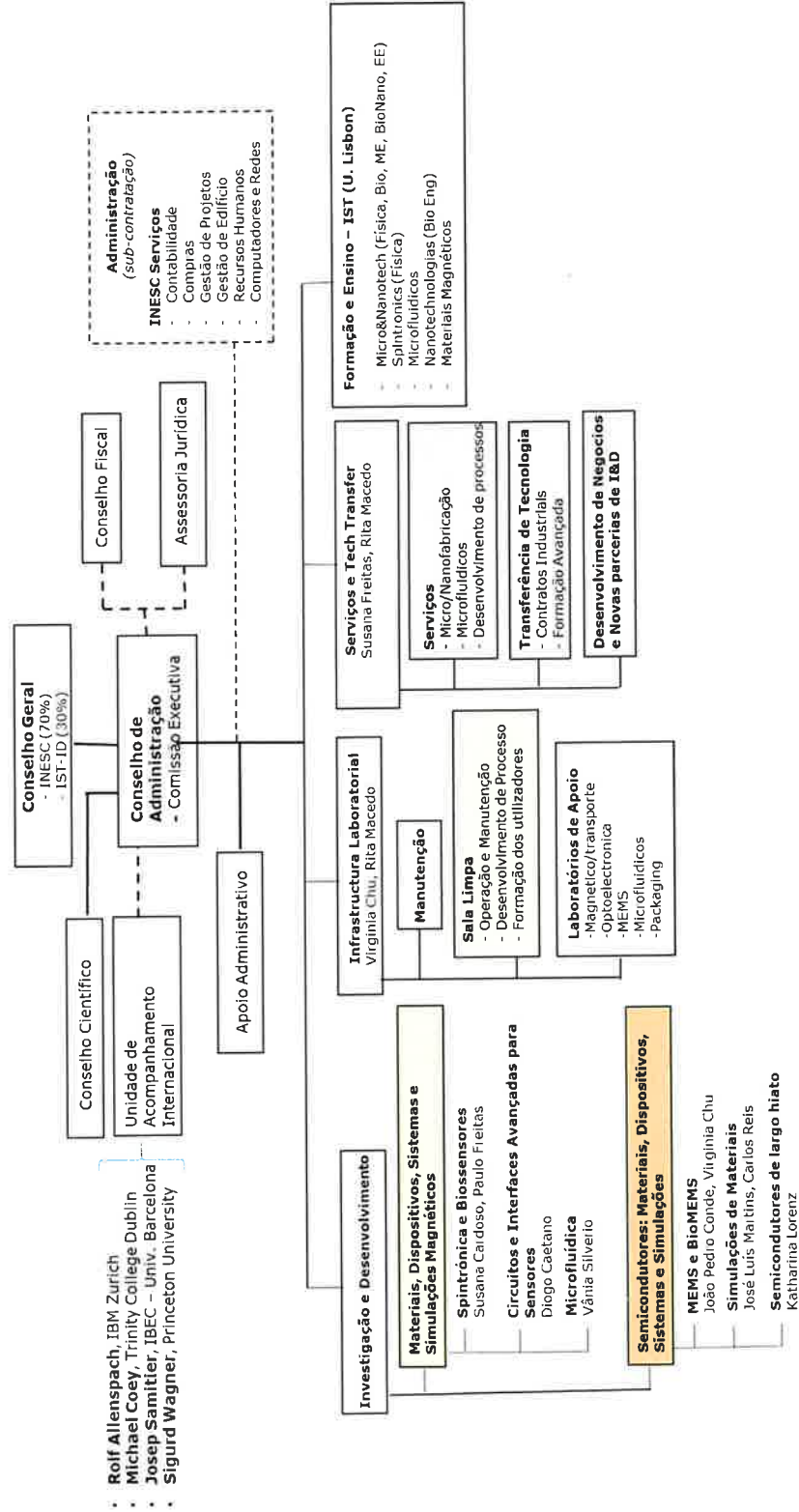


Figura 1 – Organigrama

Handwritten signatures and initials:
 P. Furt
 V.C.
 J.R.
 Susana

Análise Económica e Financeira

O quadro seguinte apresenta, resumidamente, a evolução de alguns indicadores económicos e financeiros dos últimos cinco exercícios:

Informação Financeira		(Milhares de Euros)				
	2021	2020	2019	2018	2017	
Rendimentos operacionais (1)	1 442	1 714	1 593	1 196	860	
"EBITDA"	241	177	186	57	55	
"EBIT"	16	-44	13	6	6	
Resultado líquido	12	-51	10	3	3	
Ativo líquido	3 808	4 486	4 219	3 598	1 294	
Fundos Patrimoniais	1 905	1 739	1 818	1 256	403	
Investimento	22	165	679	1 462	28	

(1) Rendimentos com Prestações de Serviços + Projetos de I&D (Subsídios á Exploração)

Na vertente operacional, a atividade, constituída pelo conjunto dos Rendimentos com Prestações de Serviços e com Projetos de I&D, diminuiu, no exercício de 2021, cerca de 16%, face a 2020.

Em termos de Rendimentos totais, estes atingiram valores próximos de 1,6 milhões de Euros, com a seguinte desagregação:

Rendimentos		(Milhares de Euros)				
	2021	2020	2019	2018	2017	
Vendas e Prestação de Serviços	343	336	321	236	323	
Subsídios à Exploração	1 099	1 378	1 272	961	510	
Outros Rendimentos	163	270	191	37	27	
Rendimentos totais	1 605	1 983	1 785	1 234	860	

Os rendimentos referentes a Projetos de I&D cofinanciados foram, globalmente, de 1 099 370 Euros, o que compara com 1 377 589 Euros do exercício anterior. Esta redução ficou a dever-se à componente de Projetos Europeus, que se encontram na fase de conclusão dos respetivos programas, cujos rendimentos atingiram 488 070 Euros, refletindo uma diminuição de 31%, em relação ao ano de 2020.

No que respeita a Projetos Nacionais a redução foi mais ligeira, tendo a respetiva contribuição passado de 673 399 Euros para 611 300 Euros, respetivamente em 2020 e em 2021 (menos 9%).

As prestações de serviços aumentaram ligeiramente, tendo passado de 336 030 Euros, em 2020, para 342 793 Euros em 2021.

Em "Outros rendimentos" integram-se principalmente os subsídios ao investimento reconhecidos no exercício (156 mil Euros), não se tendo verificado em 2021, ao contrário do ano anterior, rendimentos provenientes da realização de conferências.

P. F. V. L.
 JMC
 Susana

No domínio dos gastos a evolução foi, em síntese, a seguinte:

Gastos	(Milhares de Euros)				
	2021	2020	2019	2018	2017
Fornec. e Serviços Externos	555	726	760	530	369
Gastos com Pessoal	761	884	832	629	435
Amortizações e Provisões	265	383	172	51	48
Gastos financeiros	4	7	3	3	3
Outros gastos operacionais	9	34	7	18	2
Gastos totais	1 593	2 034	1 775	1 231	857

Os Gastos Totais registaram, globalmente, uma diminuição de 21% em 2021, face a 2020. Os Gastos com pessoal diminuíram cerca de 14%, acompanhando o decréscimo da atividade na área dos Projetos de I&D cofinanciados. Já no que se refere aos Fornecimentos e serviços externos a redução foi da ordem de 24%, tendo contribuído para o decréscimo a não realização de gastos com conferências.

De referir também, no ano em análise, o reforço de provisões no montante de 40 mil Euros, para fazer face a eventuais acertos pelas entidades financiadoras, no fecho dos projetos de I&D.

Em termos de desempenho económico o exercício foi positivo, tendo terminado com um Resultado antes de Depreciações, Juros e Impostos (EBITDA) de 241 mil Euros, e um Resultado Líquido equilibrado de 12 289 Euros.

Ao nível do Balanço, as principais componentes registaram a seguinte evolução:

Balanço	(Milhares de Euros)		
	2021	2020	Δ %
Ativo Total	3 808	4 486	-15%
Ativos fixos	1 918	2 122	-10%
Dívidas correntes a receber	1 620	1 653	-2%
Diferimentos	10	13	-28%
Disponibilidades	260	698	-63%
Passivo Total	1 903	2 747	-31%
Passivo não corrente (Provisões)	96	96	0%
Dívidas correntes a pagar	1 246	2 065	-40%
Dívidas por financiamentos obtidos	80	0	na
Diferimentos	481	586	-18%
Fundos Patrimoniais	1 905	1 739	10%
Indicadores			
Autonomia Financeira	50%	39%	29%

O Ativo total em 31 dezembro 2021 ascende a 3,8 milhões Euros (menos 15% que no período homólogo do ano anterior).

P. F. V. L.
V. L.
J. M.
Susana

A componente de Ativos fixos representa 50% do total do balanço, refletindo o esforço de investimento na modernização e renovação da infraestrutura tecnológica realizado pelo INESC MN nos últimos anos, em grande parte financiados pelo programa “Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico”, entretanto terminado.

Destaca-se o valor da tesouraria líquida positiva de 260 mil Euros evidenciada em disponibilidades, a qual se deve aos adiantamentos recebidos em projetos europeus com coordenação do INESC MN. Parte destes valores destinam-se a ser distribuída pelos parceiros, tendo contrapartida o registo na rubrica de Dívidas a Pagar, no Passivo.

De salientar um acréscimo dos Fundos Patrimoniais (mais 10%), devido sobretudo à realização de prestações acessórias pelo associado INESC no valor de 280 mil Euros e ao resultado positivo no valor de 12 mil Euros. O rácio de autonomia financeira passou de 39% para cerca de 50%, sendo de destacar o elevado peso dos subsídios recebidos para financiar o investimento realizado na modernização da infraestrutura, que representam 86% dos Fundos Patrimoniais em 31 dezembro 2021.

Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta o saldo de prejuízos de anos anteriores, propomos que o Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 12 289 Euros (doze mil, duzentos e oitenta e nove Euros), seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

Considerações Finais

O Conselho de Administração apresenta o seu reconhecimento a todas as entidades que acompanharam e cooperaram com o INESC MN, nomeadamente:

Aos Exmos. Senhores membros do Conselho Geral e Exmos. Senhores membros do Conselho Fiscal, pela valiosa colaboração e constante disponibilidade que sempre nos prestaram;

Aos nossos Associados, pelo apoio, disponibilidade e colaboração sempre prestada;

Aos nossos parceiros tecnológicos, pela constante procura do melhor enquadramento para o desenvolvimento da atividade;

Aos nossos clientes e fornecedores, pela confiança, cooperação e apoio que direta ou indiretamente, nos dedicaram;

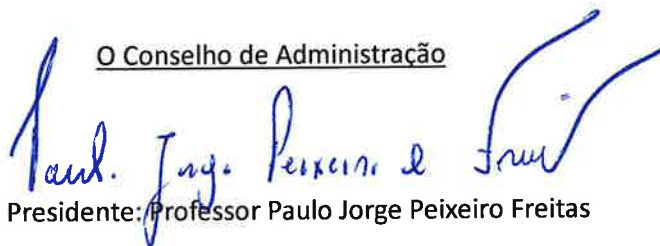
A todos os colaboradores pela sua competência, empenho e leal colaboração ao serviço da instituição;

Às demais entidades que contribuíram para este exercício.

P. F. V. L. M. S. S. S.

Lisboa, 1 de abril de 2022.

O Conselho de Administração



Presidente: Professor Paulo Jorge Peixeiro Freitas



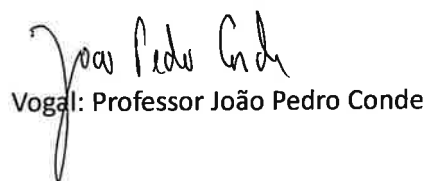
Vogal: Doutora Virginia Chu



Vogal: Doutor José Carlos Pimentel



Vogal: Professora Susana Cardoso Freitas



Vogal: Professor João Pedro Conde

Demonstrações Financeiras

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados Por Naturezas**
- **Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

Balanço

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2021	2020
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	1 913 931	2 116 895
Participações financeiras	7	-	-
Outros ativos financeiros	7	4 488	5 148
Total do ativo não corrente		1 918 419	2 122 043
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	129 175	223 436
Outros créditos a receber	9	1 490 490	1 429 262
Diferimentos	11	9 681	13 496
Caixa e depósitos bancários	4	259 745	697 790
Total do ativo corrente		1 889 091	2 363 984
Total do ativo		3 807 510	4 486 027
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	12	100 000	100 000
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	13	300 000	20 000
Reserva legal	14	1 665	1 665
Resultados transitados		(187 347)	(147 589)
Excedentes de revalorização	15	33 020	44 026
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	1 645 317	1 771 670
		1 892 655	1 789 772
Resultado líquido do exercício		12 289	(50 764)
Total dos fundos patrimoniais		1 904 944	1 739 008
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	21	96 000	96 000
Total do passivo não corrente		96 000	96 000
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	682 595	949 065
Estado e outros entes públicos	10	23 771	47 353
Financiamentos obtidos	20	80 000	-
Outras dívidas a pagar	18	539 148	1 068 123
Diferimentos	11	481 052	586 478
Total do passivo corrente		1 806 566	2 651 019
Total do passivo		1 902 566	2 747 019
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 807 510	4 486 027

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo S. P. Fraz
 Susana Cardoso de Har
 João Pedro André

Demonstração de Resultados Por Naturezas

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	22	342 793	336 030
Subsídios à exploração	23	1 099 370	1 377 589
Fornecimentos e serviços externos	24	(554 908)	(726 051)
Gastos com o pessoal	25	(760 562)	(883 631)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(40 000)	(66 007)
Provisões ((aumentos)/reduções)	21	-	(96 000)
Outros rendimentos	26	163 256	269 663
Outros gastos	27	(8 538)	(34 210)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		241 411	177 383
Gastos de depreciação	6	(225 232)	(220 911)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 179	(43 528)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	18
Juros e gastos similares suportados	28	(3 856)	(7 229)
Resultado antes de impostos		12 323	(50 739)
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	(34)	(25)
Resultado líquido do exercício		12 289	(50 764)
Resultado por unidade de participação	30	0,12	(0,51)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Janice Teubelha

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Assinaturas]
 Susan Cardoso de Carvalho
 José Pedro Lindy
 Manuel S. P. F. F.

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Notas	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais				(Montantes expressos em Euros)			
	Fundos	Reserva legal	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	100 000	1 665	(168 224)	55 033	1 800 148	9 628	1 818 250	
Resultado líquido do exercício 2020	-	-	-	-	-	(50 764)	(50 764)	
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(28 478)	-	(28 478)	
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	11 007	(11 007)	-	-	-	
Aplicação do resultado líquido de 2019	-	-	9 628	-	-	(9 628)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100 000	1 665	(147 589)	44 026	1 771 670	(50 764)	1 739 008	
Resultado líquido do exercício 2021	-	-	-	-	-	12 289	12 289	
Constituição de Prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	280 000	
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(126 353)	-	(126 353)	
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	11 006	(11 006)	-	-	-	
Aplicação do resultado líquido de 2020	-	-	(50 764)	-	-	50 764	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100 000	1 665	(187 347)	33 020	1 645 317	12 289	1 904 944	

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Janice Reuboldo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paul S. J. V. F.
Luiz Viana
Susana Cardoso de Azevedo
João Pedro Gade

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		437 054	190 162
Recebimentos de subsídios à exploração		567 274	1 651 220
Pagamentos a fornecedores		(945 911)	(450 919)
Pagamentos ao pessoal		(842 312)	(878 083)
Fluxos gerados pelas operações		(783 895)	512 380
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(34)	(42)
Outros recebimentos / (pagamentos)		20 610	(794)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(763 319)	511 544
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	16	28 808	360 934
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(59 678)	(146 105)
Fluxos das atividades de investimento [2]		(30 870)	214 829
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Prestações acessórias	13	280 000	-
Financiamentos obtidos	20	80 000	-
		360 000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	20	-	(182 000)
Juros e gastos similares	28	(3 856)	(7 229)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		356 144	(189 229)
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		(438 045)	537 144
Reversão / (constituição) de depósitos cativos	4	16 570	34 980
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	641 220	69 096
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	219 745	641 220

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

José Paulo Rocha

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo S. P. Freitas
Arvid
Susana Cardoso de Matos
José Paulo Rocha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INESC Microsistemas e Nanotecnologias - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias ("Instituto" ou "INESC MN") é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos, constituída em 19 de junho de 2001 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 70% pelo INESC – Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas por esta entidade.

O Conselho de Administração foi acompanhando o desenvolvimento da situação de pandemia provocada pela doença COVID-19, atuando em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto de Lei n.º 36 – A/2011 que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL") que fazem parte do Decreto-lei n.º158/2009, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF - ESNL".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Alguns ativos fixos tangíveis referentes a equipamentos instalados no laboratório do Instituto são uma classe de ativos com natureza e uso semelhantes nas suas operações, pelo que foram registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor, subsequentemente a quantia escriturada é deduzida de depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações sempre que se verificam alterações significativas no justo valor do ativo e sempre que o justo valor é determinável com fiabilidade.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento específico de laboratório	10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto

P. F. JRC V.G.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5. Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram factos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança desses valores, são registadas imparidades para cobrir este risco.

Subsídios ao investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, na rubrica de subsídios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se na rubrica de passivo ("Diferimentos") os adiantamentos e na rubrica do ativo ("Outros créditos a receber") os montantes a receber.

3.8. Impostos sobre o rendimento

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o Instituto encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"). Nos termos do artigo 88.º do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na data do balanço e na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

3.14. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha o direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	4 745	41 220
Depósitos a prazo	<u>255 000</u>	<u>656 570</u>
Caixa e depósitos bancários	259 745	697 790
Depósitos cativos	<u>(40 000)</u>	<u>(56 570)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>219 745</u>	<u>641 220</u>

Os depósitos cativos foram constituídos decorrentes da celebração de contratos do processo de implementação de equipamentos no âmbito dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa, e serão libertados na conclusão dos mesmos (Nota 6).

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

	2021			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto:				
Saldo inicial	4 238 267	9 855	23 987	4 272 109
Aquisições	21 691	577	-	22 268
Transferências	23 987	-	(23 987)	-
Saldo final	<u>4 283 945</u>	<u>10 432</u>	<u>-</u>	<u>4 294 377</u>
Depreciações:				
Saldo inicial	2 146 314	8 900	-	2 155 214
Depreciações do exercício	224 741	491	-	225 232
Saldo final	<u>2 371 055</u>	<u>9 391</u>	<u>-</u>	<u>2 380 446</u>
Ativo líquido	<u>1 912 890</u>	<u>1 041</u>	<u>-</u>	<u>1 913 931</u>
2020				
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	3 390 494	9 555	706 927	4 106 976
Aquisições	140 846	300	23 987	165 133
Transferências	706 927	-	(706 927)	-
Saldo final	<u>4 238 267</u>	<u>9 855</u>	<u>23 987</u>	<u>4 272 109</u>
Depreciações:				
Saldo inicial	1 926 136	8 167	-	1 934 303
Depreciações do exercício	220 178	733	-	220 911
Saldo final	<u>2 146 314</u>	<u>8 900</u>	<u>-</u>	<u>2 155 214</u>
Ativo líquido	<u>2 091 953</u>	<u>955</u>	<u>23 987</u>	<u>2 116 895</u>

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento básico" no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, corresponde, essencialmente, à aquisição de máquinas no âmbito dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa os quais foram maioritariamente transferidos de "Ativos fixos tangíveis em curso" para "Equipamento básico" em 2020.

No âmbito da aquisição destas máquinas, foram prestadas cauções pelos fornecedores no montante de 40.000 Euros (56.570 Euros em 2020) (Notas 4 e 18).

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS
7.1. Participações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o Instituto detinha as seguintes participações financeiras:

Rubricas	2020			Valor da participação em balanço
	Porcentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	
Magnomics S.A.	1,55%	9 887	(9 887)	-
		<u>9 887</u>	<u>(9 887)</u>	<u>-</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2020, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. Este investimento financeiro detido sobre a Magnomics, S.A. encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a sociedade foi dissolvida, tendo a participação sido desreconhecida.

7.2. Outros ativos financeiros:

Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT"), do Mecanismo Equivalente ("ME") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT").

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava um saldo de 4.488 Euros e 5.148 Euros, respetivamente, referentes a estes fundos.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o INESC MN encontra-se isento de IRC. Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado e que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ascenderam a 34 Euros e 25 Euros (Nota 10), respetivamente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos (cinco anos de Segurança Social), exceto estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Instituto entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

2021			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Clientes</u>			
Gerais	195 182	(66 007)	129 175
	195 182	(66 007)	129 175
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios à exploração (a)	1 237 313	(40 000)	1 197 313
Acréscimos de rendimentos - Serviços prestados	86 699	-	86 699
Subsídios ao investimento (Nota 16) (b)	96 000	-	96 000
Outros			
Processo com fornecedor (c)	96 000	-	96 000
Outros	14 478	-	14 478
	1 530 490	(40 000)	1 490 490
	1 725 672	(106 007)	1 619 665
2020			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<u>Clientes</u>			
Gerais	289 443	(66 007)	223 436
	289 443	(66 007)	223 436
<u>Outros créditos a receber:</u>			
Subsídios à exploração (a)	1 317 658		1 317 658
Acréscimos de rendimentos - Serviços prestados	64 216	-	64 216
Subsídios ao investimento (Nota 16) (b)	41 495	-	41 495
Adiantamentos a fornecedores	5 893	-	5 893
	1 429 262	-	1 429 262
	1 718 705	-	1 429 262

- (a) Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respeitam aos montantes a receber referente de subsídios
- (b) obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos em resultados na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento.
- (c) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os subsídios ao investimento respeitam, essencialmente, a montantes aprovados, não recebidos das entidades financiadoras naquele exercício (Nota 16).
- (d) Em 31 de dezembro de 2021 este montante diz respeito a um montante devolvido a um fornecedor de equipamento no seguimento de uma burla informática que o Instituto foi alvo e para o qual existe uma provisão associada (Nota 21).

O movimento das perdas por imparidade para clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	2021		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo final
Clientes	66 007	-	66 007
Outros créditos a receber	-	40 000	40 000
	<u>66 007</u>	<u>40 000</u>	<u>106 007</u>

Descrição	2020		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo final
Clientes	-	66 007	66 007
	<u>-</u>	<u>66 007</u>	<u>66 007</u>

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2021	2020
<u>Passivo:</u>		
IRC - Estimativa de imposto (Nota 8)	34	25
Imposto sobre Valor Acrescentado ("IVA")	5 506	21 080
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	6 741	9 720
Contribuições para a Segurança Social	11 283	16 216
Outros	207	312
	<u>23 771</u>	<u>47 353</u>

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de "Diferimentos", tinham a seguinte composição:

	2021	2020
<u>Ativo:</u>		
Gastos diferidos	9 681	13 496
<u>Passivo:</u>		
Subsídios à exploração	481 052	586 478

12. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 100.000 unidades de participação com o valor nominal de 1 Euro cada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos estavam repartidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
INESC	70%	70 000
IST ID - Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento ("IST ID")	30%	30 000
	<u>100%</u>	<u>100 000</u>

13. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

P. F. F.
S. S.
J.C.
V.C.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias, concedidas pelo INESC, não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

Nos termos da legislação aplicável, o seu reembolso só pode ser efetuado por decisão do Conselho Geral, quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma dos fundos e da reserva legal.

Conforme deliberado em reunião de Conselho Geral realizado em 25 de junho de 2021, foram concedidas prestações acessórias no montante de 280.000 Euros.

14. RESERVA LEGAL

O Instituto tem por base o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% dos fundos, sem, no entanto, estar obrigado, de acordo com a legislação aplicável ao Instituto, à sua constituição de acordo com o Código das Sociedades Comerciais.

15. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Os excedentes de revalorização resultam da reavaliação dos ativos fixos tangíveis, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas seguidas em Portugal, os excedentes de revalorização não são distribuíveis, podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos dos fundos do Instituto.

16. OUTRAS VARIACÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento da rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" foi o seguinte:

	<u>Outras variações nos fundos patrimoniais</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	1 800 148
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(153 931)
Subsídios obtidos (a)	125 453
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1 771 670
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(156 928)
Subsídios obtidos (a)	30 575
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1 645 317</u>

(a) No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram recebidos montantes no total de 28.808 Euros e 360.934 Euros, respetivamente de entidades financiadoras, encontrando-se, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes de 96.000 e 41.495 Euros por receber, respetivamente (Nota 9).

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos equipamentos subsidiados.

17. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

De acordo com deliberação do Conselho Geral de 25 de junho de 2021, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 50.764 Euros, foi integralmente transferido para resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

De acordo com deliberação do Conselho Geral de 5 de junho de 2020, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 9.628 Euros, foi integralmente transferido para resultados transitados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

18. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores:		
Partes relacionadas (Nota 29)	598 802	809 769
Fornecedores de investimento	13 804	34 644
Gerais	69 989	104 652
	<u>682 595</u>	<u>949 065</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	72 201	105 114
Outros acréscimos	2 857	62 014
Associados (Nota 29)	131 525	131 525
Cauções (Nota 6)	40 000	56 750
Parceiros	292 164	710 560
Outros credores	401	2 160
	<u>539 148</u>	<u>1 068 123</u>
	<u>1 221 743</u>	<u>2 017 188</u>

O montante de outras dívidas a pagar relativas a “Parceiros” é referente ao montante que o Instituto tem a pagar aos parceiros dos projetos em curso, como coordenador desses projetos.

19. LOCACÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto não utiliza bens adquiridos ao abrigo de contratos de locação financeira, existindo diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços ao INESC.

As locações operacionais são referentes ao contrato de arrendamento relativo às suas instalações, renovado anualmente, estimando-se que o valor das rendas, nos próximos anos, corresponda a valores similares aos de 2021.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 130.900 Euros em ambos os exercícios.

O gasto com rendas e alugueres reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 142.593 Euros e 124.362 Euros, respetivamente.

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de “Financiamentos obtidos”, no montante de 80.000 Euros respeita, exclusivamente, a uma conta-corrente caucionada na Caixa Geral de Depósitos, S.A., que vence juros a taxas normais de mercado.

21. PROVISÕES

Aa provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 respeita essencialmente a contingências que o Instituto pode vir a suportar com um fornecedor de equipamento, no seguimento de uma burla informática que o Instituto foi alvo.

22. RÉDITO

A rubrica de “Vendas e serviços prestados” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prestações de serviços	342 793	336 030

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto registou prestações de serviços com partes relacionadas, no montante de 5.100 Euros e 5.410 Euros, respetivamente (Nota 29).

As prestações de serviços respeitam a serviços técnicos prestados a universidades, a outros Institutos e empresas industriais.

23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de “Subsídios à exploração” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projetos nacionais	611 300	673 399
Projetos europeus	488 070	704 190
	<u>1 099 370</u>	<u>1 377 589</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Administração do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalhos especializados	157 509	155 162
Rendas e alugueres	142 593	124 985
Componentes	82 869	127 081
Ferramentas e utensílios	112 690	120 110
Deslocações e estadas	19 593	14 364
Outros	39 654	184 349
	<u>554 908</u>	<u>726 051</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram obtidos serviços de partes relacionadas no montante de 199.521 Euros e 142.372 Euros, respetivamente (Nota 29).

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

P. F. P.
 J.R.
 V. G.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações	550 683	634 516
Bolsas	25 035	43 881
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	124 309	142 240
Subsídio de refeição	31 427	30 895
Seguros	14 968	15 960
Indemnizações	11 660	12 830
Outros	2 480	3 309
	<u>760 562</u>	<u>883 631</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto reconheceu o montante de 60.957 Euros e 56.706 Euros, respetivamente, de cedências de pessoal efetuadas por partes relacionadas (Nota 29).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 20 empregados.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subsídios ao investimento (Nota 16)	156 928	153 931
Conferência	700	108 936
Outros	5 628	6 796
	<u>163 256</u>	<u>269 663</u>

27. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 e 2020, respeitava maioritariamente a encargos incorridos com inscrições em cursos e quotizações.

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinham a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros de financiamentos	944	2 405
Outros	2 912	4 824
	<u>3 856</u>	<u>7 229</u>

29. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

	2021		
	Serviços prestados (Nota 22)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)
INESC	-	33 908	152 358
INOV INESC	-	27 049	25 134
INESC ID	-	-	4 714
IST	(5 000)	-	1 056
IST-ID	(100)	-	-
INESCTEC	-	-	16 259
	<u>(5 100)</u>	<u>60 957</u>	<u>199 521</u>

	2020		
	Serviços prestados (Nota 22)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)
INOV INESC	-	27 017	-
INESC	-	29 689	138 941
IST	5 000	-	3 431
IST- ID	410	-	-
	<u>5 410</u>	<u>56 706</u>	<u>142 372</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços, serviços partilhados e débito de gastos gerais.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2021	
	Fornecedores (Nota 18)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)
INESC (a)	485 803	131 525
INESC INOV	103 917	-
IST	55	-
INESC ID	1 968	-
INESCTEC	7 059	-
	<u>598 802</u>	<u>131 525</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

	2020	
	Fornecedores (Nota 18)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)
INESC INOV	67 656	-
INESC (a)	731 491	131 525
IST	10 622	-
	<u>809 769</u>	<u>131 525</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo registado na rubrica de Associados corresponde a um empréstimo concedido pelo INESC, sem prazo de reembolso definido e que não vence juros.

30. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi determinado como segue:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	12 289	(50 764)
Número de unidades de participação (Nota 12)	100 000	100 000
Resultado por unidade de participação	<u>0,12</u>	<u>(0,51)</u>

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

No início de 2022, deflagrou na Europa um conflito armado internacional com graves impactos sociais e económicos.

A Direção avaliou esta situação e, com o conhecimento disponível nesta data, face à reduzida exposição àqueles países, não antecipa efeitos materialmente relevantes que não possam ser acomodados pela atividade recorrente do Instituto.

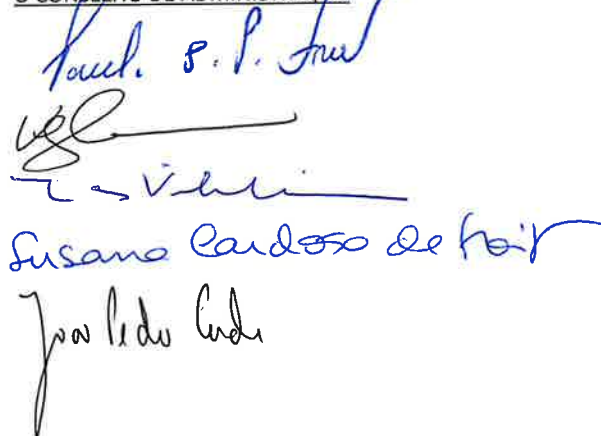
Desde 31 de dezembro de 2021 até esta data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nº 91 565



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Susana Cardoso de Faria
João Pedro Lobo

Relatórios de Auditoria

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal das Contas
- Relatório de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 os quais são da responsabilidade da Direção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direção e dos diversos serviços do Instituto as informações e os esclarecimentos solicitados.

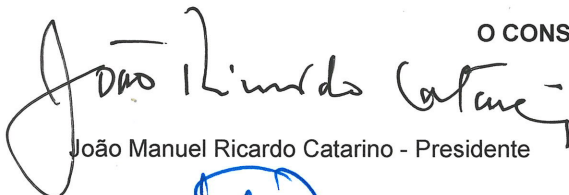
Salientamos que no exercício de 2021 foram faturados pelo IST cerca de 344 mil euros referentes a participação nos custos de estrutura dos exercícios de 2017 a 2020, inclusive, e especializados 57 mil euros referentes ao exercício de 2021.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2021 preparado pela Direção e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas e ênfases, a cujo teor damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras acima referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 28 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL


João Manuel Ricardo Catarino - Presidente


Isabel Dias - Vogal


Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (Instituto) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.812.641 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.369.532 euros, incluindo um resultado líquido de 53.692 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2022



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC N° 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (“Instituto” ou “INESC”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.812.641 Euros e fundos patrimoniais de 1.369.532 Euros, incluindo um resultado líquido de 53.692 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

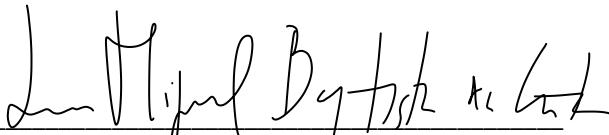
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 28 de março de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC

Registo na OROC n.º 1602

Registo na CMVM n.º 20161212